

Povos Indígenas no Brasil

Fonte OESP Class.: Política Des. Regional
 Data 16/09/93 Pg.: e 57

JULIO BARBOSA DE AQUINO

A Amazônia precisa de vontade política

O massacre dos ianomâmis revela mais uma vez o des-caso com que o governo trata a Região Norte, especificamente os índios que vivem lá. Mas o desca-so não se restringe aos índios, es-tende-se a seringueiros, pescadore-s, trabalhadores rurais e todos as comunidades exploradas da Ama-zônia. Fala-se em en-traves ao desenvolvi-mento com a demar-cação das áreas indí-genas, das florestas nacionais e até das re-servas extrativistas. E o que entendemos por desenvolvimento na Região Norte?

O modelo de desen-volvimento e ocupação promovidos até agora na Amazônia Legal tem sido devastador — para a floresta e sua população. Uma política equi-vocada dos governos federal e esta-duais estimula a ganância dos fazendeiros, que se encarregam de de-vestar milhares de hectares de flo-restas primárias, substituídas por pasto. Criou-se a idéia de que a ex-ploração de madeira e minério sig-nifica progresso e benefícios para as comunidades que vivem na região. Mentira. A floresta possibilita rendi-mentos superiores aos obtidos pe-las fazendas de gado, a exploração de madeira e a de minério.

Numa região essencialmente ru-ral, quase não há escolas — e as que existem estão nas cidades. Mas este é apenas um exemplo do tipo de ocupação a que se procedeu numa região supostamente vazia, preci-

sando ocupar espaços. Espaços ago-ra ocupados por conflitos pela pos-se de terra e pela devastação, provo-cada pela retirada descontrolada da madeira e pelo garimpo ilegal.

Todos sabemos que garimpo não significa desenvolvimento, ao con-trário, é evasão de recursos. Não se pode deixar de frisar que dentro dos garimpos há uma terrível relação de es-cravidão — dono do garimpo x garimpeiros. O trabalhador rural e o pequeno produtor, ex-pulsos de suas terras, transformam-se em ga-rimpeiros, desligados definitivamente de suas famílias, de sua

terra natal, trocando a falta de op-ção como agricultores pela promes-sa de ficarem ricos com ouro. A maioria das madeiras não res-peita as leis. A crueldade maior dessa situação é que para a popu-lação da Amazônia Legal sobram apenas os prejuízos: não se benefi-ciam das vendas de madeira ou mi-nério. O atravessador-explorador fica com os lucros e as comunida-des, com a miséria.

Não há recolhimento de impos-tos e, em consequência, inexistem benefícios para as comunidades ru-rais. Além do imensurável desastre ambiental, e para a saúde das pes-soas, com a exploração desmedida dos recursos naturais da floresta. Outro problema: faltam recursos. Por mais que exista boa vontade do Ibama e outros órgãos governamen-tais, não há fiscalização suficiente, o

que estimula a violência.

O presidente Itamar Franco criou o Ministério de Articulação de Ações na Amazônia Legal. Os meca-nismos para controle e combate a si-tuações de violência na região e para a proteção do meio ambiente já exis-tem. A lei é clara ao definir as com-petências. Falta vontade política. Es-peramos que o novo ministério signi-fique isso: novos dias para a Amazô-nia, o que implica decisão para im-plantar as políticas corretas dentro do que desejam as comunidades de moradores da Região Norte.

As reservas extrativistas são a proposta que o Conselho Nacional de Seringueiros, Sindicatos de Tra-balhadores Rurais, associações e outras organizações de base da Amazônia Legal têm para solucio-nar a questão fundiária da região. A proposta só tem vantagens. Para que funcione é preciso que a floresta seja preservada. É fundamental que o governo invista nas culturas extrativistas.

Borracha, castanha, cupuaçu, ba-baçu e tantos outros produtos que a floresta nos oferece, comprovada-mente, valem mais para os municí-pios e trabalhadores rurais do que a retirada de madeira e garimpo. Mas no Plano Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, previsto em acordo assinado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial duran-te a ECO-92, só estão previstas qua-tro reservas extrativistas. É quase nada. As outras só existem no pa-pel, e por falta de recursos não fo-ram demarcadas. Só em Rondônia estão previstas 17 reservas, dentro

do Plano Agroflorestal de Rondônia (Planaflo). Outras áreas estão previstas no Pará, Maranhão e em outros Estados.

O novo ministério tem a obriga-ção de dar continuidade aos projetos previstos no plano piloto e am-pliar a discussão do que esperam as comunidades e entidades de base da região, inclusive da proteção, efe-tivação e demarcação de terras indí-genas e parques nacionais. Mas será que ele está disposto a arcar com a enorme pressão política contrária as essas propostas, que vão significar uma desaceleração do terrível pró-cesso de destruição da floresta e do ganho desmesurado de alguns pou-cos nessa exploração irracional? Ha-veria vontade política para começar a exigir das autoridades locais puni-ção dos assassinos de lideranças po-líticas, sindicais e indígenas? A Re-gião Norte vive em clima de impuni-dade, hoje e sempre. Os únicos as-sassinos julgados e presos foram os do líder seringueiro Chico Mendes. Ainda assim, estão foragidos.

As questões que envolvem a Ama-zônia são de grande complexidade. Mas temos de encará-las, pois dizem respeito a nós, produtores rurais, se-riingueiros, trabalhadores rurais, po-pulações indígenas, pescadores e tantos outros que enfrentam terrí-veis dificuldades, mas, ainda assim, conseguem apresentar propostas de melhoria coletiva de vida.

■ *Júlio Barbosa de Aquino é presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), organização que congrega 290 entidades civis de base da Amazônia Legal*

**O explorador
fica com os
lucros e às
comunidades
resta
a miséria**